



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil

Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 06 – Ano III – 10/2014  
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## A sociedade contemporânea e a configuração da educação moçambicana

Benedito Maurício Sapane

Mestre em Ciências de Educação - Universidade do Porto - Portugal

Doutorando em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF – RJ – Brasil

Docente na Universidade Pedagógica de Moçambique

<http://lattes.cnpq.br/1651170876777025>

E-mail: [bmsapane@yahoo.com.br](mailto:bmsapane@yahoo.com.br)

**Resumo:** Baseando - se na conjuntura sócio política e econômica que Moçambique atravessou e/ou atravessa desde o período da independência (1975) até os dias de hoje, descura - se sobre a problemática da educação contemporânea, tentando trazer diferentes opiniões que possam ajudar a refletir uma escola suscitada por Anísio Teixeira. Para a reflexão faz - se combinações hermenêuticas com vista a construir um pensamento histórico e filosófico sobre a escola moçambicana na contemporaneidade.

**Palavras chave:** Flexibilidade. Marxismo. Contemporaneidade. Liberalismo.

## Introdução

O presente artigo nasce da necessidade de reflexão sobre os contornos da sociedade e educação moçambicana. Este debruça acerca da história da educação moçambicana, procurando trazer a tona um debate teórico sobre aquilo que caracterizou o sistema sócio político e económico do país, coadjuvando esses contornos aos preceitos de Anísio Teixeira que procura nos fazer refletir sobre a problemática da educação e a necessidade da democratização da educação.

Neste itinerário tem - se como característica fundamental a flexibilidade, os projetos em curto prazo, as inovações que marcaram a sociedade moçambicana em dois momentos históricos, nomeadamente a época da tentativa de construção do socialismo e a de fundamentação do liberalismo. Destaca - se este período pelo facto de ser o de existência de diferentes reprojeções e desfasamentos a nível sócio político, económico e em especial educacional, gerando grandes transformações da política educacional e suscitando diversificadas ideologias e debates em torno da temática que interessa por excelência – a educação.

Em primeiro lugar traz - se uma reflexão sobre aquilo que seria a sociedade contemporânea/educação e como é que esta se caracteriza nos valendo das ideias de Richard Sennett, destacam-se igualmente as transformações e as características da educação moçambicana neste período, desde a concepção dos Currículos, o movimento estudantil e a vida dos professores.

Em segundo lugar traz - se a historicidade que marca a crise económica e social em Moçambique e as transformações suscitadas no campo educacional. Crise esta que surgiu como resultado de implementação das medidas de restruturação económica e da guerra, levando Moçambique a abrir mão as instituições da Bretton Woods, aderindo categoricamente ao sistema liberal e consequentemente ao livre mercado, despedindo-se consequentemente da orientação marxista.

Num terceiro momento reflete-se sobre a problemática que a aderência ao sistema liberal trouxe no concreto para a educação moçambicana, as quais estão aliadas a diversas sobreposições na forma de pensar e concretizar a qualidade de educação, destacando-se a legitimidade e identidade nacional e as mini - nacionalidades das culturas, a massificação da educação, legislando a educação para todos num contexto liberal, no qual se caracterizou pela privatização e abertura

de escolas privadas, demandando uma educação para todos e uma qualidade para poucos.

E finalmente trazemos uma reflexão final sobre a forma de pensar a educação, suscitado nos ideias de Anísio Teixeira e Paschoal Lemme sobre a escola democrática.

### **1. Quo vadis sociedade contemporânea/Educação?**

A contemporaneidade é caracterizada por aquilo que Richard Sennett (2012) designa por capitalismo flexível. Assumindo o viés do autor, a sociedade em que vivemos é impaciente, dado que se concentra no imediato, descartando os projetos em longo prazo (O duradouro). Portanto na sociedade contemporânea as metas são estipuladas em curto prazo, o que pressupõe que as instituições estão em constante reprojeção e se desfazendo.

A instituição educacional não escapa desse movimento. Hoje em dia passamos por diferentes reprojeções e desfasamentos que assolam esta classe. Estas vicissitudes demandam grandes reformas educacionais com vista a atender a flexibilidade que a sociedade contemporânea vivencia. Como destaque encontramos debates que se configuram em torno de questões como qualidade de formação dos quadros da educação, desfasamento das normas institucionais, irregularidades curriculares, uniformização dos currículos, bem como a ligação entre a docência, pesquisa e extensão, restruturação e metamorfoses das universidades, *inovação tecnológica*, entre outras temáticas. Esta conjuntura política e curricular incide e impacta o caráter dos intervenientes do processo educativo, de entre eles destacamos os professores como trabalhadores.

As diferentes mudanças que às vezes se denominam “inovações” demandam novas ações por parte dos professores (de ordem psíquica e/ou emocional), surgindo uma necessidade de estes estabelecerem novas relações com os outros intervenientes, podendo se destacar alunos e sociedade em geral. Essas vicissitudes criam instabilidade profissional dos professores como trabalhadores, dado que devem atender com constância as diferentes mudanças que vão chegando à escola – as motivações que conduzem a instabilidade prendem-se com a busca constante de sucesso imediato.

Ao movimento de mudança/instabilidade constante, valendo-nos do Sennett, preferimos designa-lo de flexibilidade. Esta é na contemporaneidade coadjuvado pelas novas tecnologias, no mundo em globalização, no qual o professor não tem um caráter permanente, sendo que a sua identidade é uma celebração móvel, tendo em conta que a sociedade contemporânea é de mudanças constantes.

Na sociedade contemporânea é notória a divisão de escolas em classes sociais, havendo escola para oprimidos e opressores. Para um bom entendedor basta reparar a incongruência existente hoje entre a ladainha “Educação universal, obrigatória e gratuita para todos” e a existência de “instituições privadas de educação”, nas quais só pode ter acesso uma determinada classe. Precisamos concordar com escritos de Anísio Teixeira, ao sustentar em “educação não é privilégio” que “quando, na Convenção Francesa, se formulou o ideal de uma educação escolar para todos os cidadãos, não se pensava tanto em universalizar a escola existente, mas em uma nova concepção de sociedade, em que privilégios de classe, de dinheiro e de herança não existissem, e o indivíduo pudesse buscar, pela escola, a sua posição na vida social” (1989). Todavia precisamos atender que a consolidação do liberalismo veio frustrar essa expectativa, tornando os interesses da educação mais vulneráveis ao livre mercado, passando logicamente aquilo que o próprio Anísio Teixeira chamou de “valores proclamados e valores reais”, isto é característica de uma sociedade fundamentada no que Sennett designa capitalismo flexível.

A privatização alargada da educação constitui um marco fundamental para a celebração móvel de caráter dos professores, pois, a escola, como empresa se torna mais competitiva, dado que passa a ter a obrigação de gerar lucros – o que não tem muita vigência na escola pública - porque na escola pública os professores tendem a ganharem estabilidade fazendo e desfazendo. É claro que o governo perde o controle das áreas importantes e deixa de regular o mercado. Esta perda de controle pelo governo é que permite com que os professores façam e desfaçam dentro da escola pública, resignificando as inovações e as reformas ao seu belo prazer – portanto, essa ressignificação também se enquadra nessa celebração móvel.

Resulta interessante compreender a flexibilização como sendo a capacidade de adaptação das escolas às rápidas mudanças do mercado – o que muitas vezes se resume, para o caso de Moçambique, por exemplo, na contratação de professores

com baixa qualificação, acompanhado de projetos de formação dos mesmos, sem elevação de seu nível académico, bastando apenas o treinamento em metodologias de ensino, como é/foi o modelo de formação de professores de “10<sup>a</sup>+1 e de 12<sup>a</sup>+1<sup>1</sup> - isto na contemporaneidade resume-se na contenção de custos e fundamentação do capital.

Este processo de flexibilização na sociedade contemporânea quer na rede pública, assim como na privada, é sustentada por várias artimanhas, podendo se destacar a *numérica* – que consiste na redução de número de professores bem pagos, colocando, portanto, os professores com baixa qualificação. A *temporal* – que consiste na contratação de professores em curto prazo, podendo o contrato valer 1 a 2 anos, isto livra o estado de acomodar pensão para o professor trabalhador, devendo este assegurar a sua própria reforma. A *funcional* – que sustenta a necessidade de o professor ser polivalente, ministrando várias disciplinas, sobre tudo no ensino fundamental, oque é justificado pela necessidade de reduzir a quantidade de professores para o aluno. A *produtiva* –esta se fundamenta na externalização e terceirização do produto da formação, por isso a retórica sindromática “empreendedorismo, empregabilidade, etc.”, pois, isso retira a responsabilidade do estado na sua tarefa de雇用os trabalhadores.

No entanto, atravessada a sociedade contemporânea por esta efeméride flexibilização, surge necessidade de esta quebrar a rotina, descontinuando o passado, criando mudanças nas vidas societárias, no comportamento, na maneira de ser de todos e de cada um. Nesta sociedade flexível, o professor trabalhador, assumi o risco de perder emprego, diminuir com constância o seu salário, não tem futuro previsível, no entanto vê a estabilidade como uma morte em vida, pois, numa sociedade dinâmica as pessoas passivas murcham – sendo comum em Moçambique encontrar professores com dois e/ou três contratos de trabalho, podendo ser na interface entre o público e o privado.

É por isso que Sennett chama a atenção para a necessidade de os homens sentirem a necessidade de provarem nesta sociedade o seu valor moral pelo

---

<sup>1</sup> Esses cursos foram introduzidos em Moçambique com vista a se resolver em pouco tempo o problema de falta de professores nas escolas, sendo que os mesmos consistiam, por exemplo, 10 +1 o candidato assim que terminar o decimo ano podia frequentar mais um ano de formação metodológica e seguir a sala de aulas, porem, os mesmos não lhe conferiam nenhum grau acadêmico, apenas uma espécie de capacitação.

trabalho, cultivando o espírito de trabalho em equipe, pois, na contemporaneidade “times ismaney”, surgindo, portanto, a necessidade de desempenho imediato e em curto prazo, sem individualismo e auto-organização em jogo.

A conjuntura contemporânea acima enferma a educação moçambicana desde os anos 90, pois, a situação socioeconômica, político-militar, a pobreza e a guerra dos dezesseis (16)<sup>2</sup> anos que o país atravessou, agravado pelas calamidades naturais (secas e cheias) conduziram o governo de Moçambique a negociar com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) a adopção de um Programa de Reabilitação Económica (PRE) para que Moçambique conseguisse obter os devidos financiamentos, para aliviar os problemas que estava a enfrentar em todas as áreas da vida social, económica e educacional (MESCT, 2000).

A negociação que Moçambique fez com as instituições da Breton Woods significou a entrada no livre mercado e a aceitação do ritmo da sociedade contemporânea. Como se sabe para estas instituições a educação é um bem privado e mercantilizado. No entanto, estas multilaterais, para o contexto de Moçambique, vieram introduzir o carácter mercantil da educação, fazendo a reforma que permitiu a satisfação do mercado e reforçou a importância da cultura europeia (como exemplos concretos têm o processo de Bolonha vigente no ensino superior em Moçambique). Esta situação nos remete à grande discussão que paira na atualidade, a mercadorização de educação numa economia cada vez mais globalizada e de capital mundializado. É dentro deste mercado cada vez mais flexível que se encontram as incertezas ou momentos de autocontradição que impedem que o sentido da educação moçambicana se afirme com um paradigma próprio – Estas incertezas estão aliadas as dificuldades práticas que o sistema de educação vem enfrentando naquele país.

A existência das aporias na educação moçambicana leva á necessidade de problematizar as diferentes vicissitudes que a educação moçambicana vivenciou/vivencia na contemporaneidade.

---

<sup>2</sup> Moçambique entrou numa guerra civil em 1976, logo após a independência, guerra que atualmente é apelidada “guerra de desestabilização”, a qual permitiu a desistência pela construção do socialismo, passando o país a se orientar pela democracia liberal, fundamentada na ideia de livre mercado.

## **2. A configuração da educação no Moçambique liberal.**

No itinerário conhecido como “A longa Marcha duma Educação para Todos em Moçambique” dos professores José Castiano e Severino Ngoenha, refere-se que o período que vai de 1987 a 1992 foi caracterizado por uma profunda crise económica e social que conduziria a um *colapso* verificado na esfera política. A crise pode ser considerada o resultado da implementação das medidas da reestruturação económica e da guerra. Sendo que em 1990, o Banco Mundial classifica Moçambique como sendo “o país mais pobre do mundo” com um rendimento médio *per capita* anual de 80 Dólares americanos.

No entanto, como estratégia económica, Moçambique “despede-se” da orientação marxista, começando a caminhar com passos largos para uma economia do mercado livre. No sistema marxista, vigente desde 1975, aquando da independência de Moçambique, a educação tinha sido estabelecida como sendo um direito fundamental de cada cidadão e era um instrumento fundamental para a formação e elevação do nível técnico-científico dos trabalhadores. Acreditava-se que a educação seria um meio básico para a aquisição da consciência social requerida para as transformações revolucionárias e para as tarefas de desenvolvimento socialista. Sendo que na construção da sociedade socialista o sistema de educação devia no seu conteúdo, estrutura e método, conduzir à criação do homem novo.

Nesse período de tentativa de construção do socialismo, o Sistema Nacional de Educação fundamentava-se nas experiências da educação desde a luta armada, baseada nos princípios universais do marxismo-leninismo e no patrimônio comum da humanidade – esta conjuntura foi projetada para responder às exigências do momento e as estratégias do desenvolvimento socialista, por isso, perspectivou-se uma planificação que contribuísse para a consolidação da aliança operário-camponesa e, a ser agente potenciador das transformações que se previa com a socialização do campo, a mecanização da agricultura e a industrialização do país. Sendo, portanto, prioridades do sistema de educação a erradicação do analfabetismo, a introdução da escolaridade obrigatória, a formação de quadros para as necessidades de desenvolvimento econômico e social e a investigação científica e cultural.

Como se pode distinguir, nesta escola com interesses meramente socialistas, projetada pelo governo moçambicano, recairia aquilo que TEIXEIRA (1977) anunciou como sendo:

“(...) uma transformação radical, com a criação da nova escola comum para todos, em que a criança de todas as posições sociais iria formar a sua inteligência, a sua vontade e o seu caráter, os hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente. Essa escola formaria a inteligência, mas não formaria o intelectual. O intelectual seria das especialidades de que a educação posterior iria cuidar, mas não constituía objeto dessa escola de formação comum a ser, então, inaugurada” (s/p).

Parafraseando Teixeira, a aderência ao mercado livre pelo governo moçambicano demandou a necessidade de uma total inovação das políticas educacionais, que representavam a escola para todos, dado que a própria educação escolar marxista-leninista e ainda existente na época teria de se transformar, para atender à multiplicidade de vocações, ofícios profissões em que a nascente sociedade liberal e progressiva começou a desdobrar-se.

No entanto, o sonho marxista-leninista, fundamentado na tentativa de construção do socialismo viu-se frustrado no período que vai de 1987 a 1992, pois, dado o “colapso” verificado na esfera política, Moçambique teve de abrir mão às instituições da Breton Woods – precisamos lembrar que para estas instituições, a visão socioeconômica fundamenta-se no livre mercado. Nesse período a capacidade de manobra do Governo moçambicano torna-se cada vez mais estreita, devido à guerra e a entrada massiva de ONGs internacionais que começam a “ocupar” vários campos sociais, dos quais a educação é destacável.

As diferentes vicissitudes vivenciadas no período da crise levaram paulatinamente o governo a iniciar diversas reformas, das quais destacamos o reajuste do quadro geral do sistema educativo e a adequação das disposições contidas na lei 4/83, de 23 de Março – fundamentada no marxismo-leninismo – às atuais condições sociais e econômicas do país, tanto do ponto de vista pedagógico e organizativo, admitindo de grosso modo a liberalização da educação. A reforma do quadro geral da educação justificou-se com aquilo que KILPATRICK (apud TEIXEIRA: 1967) designou de movimento progressista, caracterizado por uma sociedade de mudanças permanentes. Neste caso, estávamos perante uma transformação da escola, o que exigiu a aplicação de novos conhecimentos, fins e meios que justificassem o sistema liberal.

Para CASTINANO e NGOENHA (2005) foi nos finais de 1980 que surgiram as primeiras escolas privadas, justificadamente porque a escola pública não oferecia lugares em quantidades suficientes e nem a qualidade era a mais desejável. A proliferação das escolas privadas passou a ser a avenida encontrada pelas elites moçambicanas para garantir uma educação separada para os filhos e parentes.

Nessa sequência, através da lei 6/92 de 6 de março, o governo passou a admitir no quadro da lei a participação de outras entidades incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo. Os princípios pedagógicos passaram a concorrer para a necessidade de desenvolvimento da personalidade de uma forma harmoniosa, equilibrada e constante, que confira uma formação integral e iniciativa criadora, da capacidade de estudo individual e de assimilação crítica de conhecimento. Essa visão liberal compunha-se para iniciativas que garantissem a ligação entre a teoria e prática, que se traduzisse no conteúdo e método de ensino das várias disciplinas, no carácter politécnico do ensino conferido na ligação entre a escola e a comunidade.

Concorria igualmente para nova visão da educação a ligação do estudo ao trabalho produtivo socialmente útil como forma de aplicação dos conhecimentos científicos á produção e a participação no esforço de desenvolvimento econômico e social do país, bem como a ligação estreita entre a escola e a comunidade, em que a escola participa ativamente na dinamização do desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade e, recebe desta a orientação necessária para a realização de um ensino e formação que respondam as exigências do desenvolvimento do país. Isto significa que o governo acreditava que com o sistema neoliberal de educação, fundamentado nos conhecimentos científicos, a condição socioeconômica do país e o analfabetismo seriam transformados, neste caso visando seu melhoramento e, como condescende Anísio Teixeira “transforma-se a sociedade nos seus aspectos econômicos e sociais, graças ao desenvolvimento da ciência, e com ela se transforma a escola, instituição fundamental que lhe serve, ao mesmo tempo, de base para sua estabilidade, como de ponto de apoio para a sua projeção”.

Este movimento de mudança, de adaptação ao liberalismo, acompanhado pela privatização e liberalização parcial do sistema de ensino, de acordo comos professores Castiano e Ngoenha abriu caminho a duas tendências no sistema educativo. Por um lado, elas vêm “institucionalizar” e legislar o processo de criação

de escolas para as elites econômicas, políticas e intelectuais moçambicanas. Assim, há uma espécie de separação “oficial” entre escolas para os privilegiados e escolas para maioria. Por outro lado, as igrejas e as ONGs começam a ganhar peso tanto na administração como na definição de políticas educacionais. No fundo, a liberalização abre e divide o sistema de educação em duas partes, havendo um sistema em que alguns aprendem com qualidade muito boa e um onde o que interessa é a quantidade e a qualidade é muito baixa. Esta constatação nos leva a premissa de que com a emergência desse movimento o intelectual, o homem, seria formado nas escolas privadas, e a escola comum dedicada às minorias seria responsável pela formação da classe trabalhadora – nessa classe trabalhadora destacamos os professores.

Neste período, Moçambique viu a cessar em 1992 a guerra civil, comumente designada guerra de desestabilização, que durou 16 anos. Admitindo que a guerra enfraqueceu infraestruturas escolares, afastou as populações das suas regiões habituais, a educação assume nesse contexto um espaço de prioridade, de entre as quais a de reconstrução da Moçambicanidade. No entanto, coube ao sector da educação alargar o acesso da população ao sistema de ensino formal, com particular incidência na educação básica, sem descurar o ensino secundário geral, superior, técnico profissional e outras formas de enquadramento educativo não formal. Neste sentido advogava-se a expansão das oportunidades de acesso, pois se dava especial atenção ao aumento do acesso das populações das zonas rurais e da rapariga à educação e formação – é preciso acentuar que também se dá ênfase ao acesso das famílias socialmente desfavorecidas. Neste período institui-se igualmente o direito ao voto através do fim do regime socialista e aderência ao multipartidarismo, tornando-se Moçambique um país politicamente democrático. Neste período os alunos moçambicanos passam a gozar de vários direitos, para o caso da escola elimina-se paulatinamente a pedagogia da varra (dado que a punição constituía até aos anos 90 o principal método de educação).

Este movimento político acreditava de alguma forma que a escola precisa de ser reformada para que possa se adaptar as novas condições sociopolíticas vigentes (liberalismo), passando as escolas por transformações alarmantes. E concordando com TEIXEIRA (1977, S/P) a própria autoridade dos livros começa a ser posta em dúvida. Há, pelo menos, uma porção de livros, e de opiniões adversas, - todos

sendo igualmente compulsados e lidos. Critica-se tudo e tudo se questiona. Nada é sagrado. Diante de coisa alguma para a coragem corrosiva e insolente desses pensamentos adolescentes e vivazes. Estranhas teorias percorrem as escolas - de autodisciplina e autogoverno, de programas voluntários, de liberdade de escolha e de recusa, de expressão das próprias personalidades, de respeito por essas personalidades, e de subordinação dos interesses reais da vida, - que são os dos adultos - aos das crianças e dos jovens, que evidentemente não podem deixar de serem caprichos e extravagâncias.

De igual modo, neste período vivencia-se com destaque a participação do sector privado, das comunidades, dos grupos religiosos e das ONGs em geral nas atividades educativas – sendo, portanto, evidente o reconhecimento de que a educação não poderá ser monopólio do Estado. A perda do monopólio da educação por parte do estado aumentou a pressão para o acréscimo de número de escolas, queira privadas, bem como estatais. Porém nesta época surge também coação questionando a qualidade sobre tudo nas escolas das massas. Essa pressão resultava principalmente de forças sociais desde a sociedade civil, as igrejas, pais e encarregados de educação, assim como das autoridades tradicionais.

A perda parcial de hegemonia pelo Ministério de Educação, no que diz respeito ao comando das escolas, a dependência ás instituições da Breton Woods, a consultoria externa – como com a UNICEF -, concorrem para a perda de qualidade de educação dadas as exigências que cada um coloca para a educação moçambicana. Precisamos referenciar que atualmente a escola moçambicana continua a debater-se com imensos problemas de financiamento, mas sobre tudo e exclusivamente, com problemas de qualidade muito baixa na escola pública. E perante esta conjuntura vários paradoxos, dúvidas, incertezas ou momentos de autocontradição configuraram a educação moçambicana.

### **3. As Vicissitudes na Construção da Educação Moçambicana!**

Um olhar à historicidade moçambicana e sobre tudo aos contornos que o sistema de educação nos apresenta no período liberal, confrontados com o referenciado em “longa marcha”, percebe-se que de entre várias aporias, a educação debate-se em primeiro lugar com o problema de estar entre a legitimidade

e identidade nacional e as mininacionalidades das culturas tradicionais que formam o país – é preciso recordar que Moçambique é um país multilíngue, chegando a perfazer cerca de 20 línguas locais, e cada uma delas espelha uma cultura. Precisamos nos conformar ao facto de que quanto mais línguas e culturas existentes no mesmo espaço, mais dificuldades existem para a aprendizagem, remontando de novo a questões de qualidade. A legitimação da identidade nacional entrava em confronto com a visão liberal de ensino, dado que as multilaterais também tem sua visão de educação e impõem ao estado moçambicano as regras de jogo, e por outro lado a educação privada tem uma mini autonomia (se não total) na produção dos Currículos e de funcionamento das suas instituições, e tendo em conta o seu caráter hegemônico de formação das elites a que questionar: Que filosofia para responder e legitimar uma educação moçambicana efetiva?

A Pergunta anterior nos remete a uma filosofia sustentada por uma escola democrática, escola segunda a qual, Anísio Teixeira defende que deve preparar o homem para indagar e resolver por si os seus problemas e que, a escola deve ser concebida não para a preparação para o futuro conhecido, mas sim, para um futuro rigorosamente imprevisível. Ao homem que nos referimos é aquele homem chamado “líder”, recordando aqui o conceito Gramsciano, deve ser aquele homem que para além de ser governado/governante deve ser também vigilante. E como nos escreve Teixeira,

Hoje, sem nenhum exagero, se quisermos que a nova ordem de coisas funcione com harmonia e integração, precisamos que cada homem tenha as qualidades de um líder. Pelo menos a si, ele tem que guiar e tem que fazê-lo com mais inteligência, mais agilidade, mais hospitalidade para o novo e imprevisto, do que os velhos líderes autoritários de outros tempos (1977. s/p).

O segundo aspecto que interessa ressaltar foi a necessidade de massificação da educação. Neste sentido a educação foi declarada um direito e um dever de todo cidadão que se traduziu na igualdade de oportunidade de acesso a todos os níveis e na educação permanente e sistemática de todos. Este desejo de massificação viu-se frustrado com a aderência ao movimento liberal pelo Estado moçambicano, pois, a massificação exigia a continuação com um sistema de educação único e

centralizado<sup>3</sup>em que o estado detém o monopólio da educação. Ademais deparado o governo com escassez de recursos financeiros que pudessem suportar ás despesas ligadas às construções de escolas, à contratação de professores e à produção dos materiais escolares para todos, viu-se forçado a estender a mão à Breton Woods e consequentemente à liberalização do comando educacional. Porém na conferencia de Jomtien foi colocado ao mundo o desafio de ate 2000 todos os estados oferecerem obrigatoriamente uma educação básica universal, substituído, no entanto, o termo massificação por “educação para todos” - pois, novos termos facilitam a introdução de novas políticas.

A política “educação para todos” foi acompanhada por uma pressão rumo a democratização da administração da coisa pública em Moçambique, coadjuvado pela introdução de novas tecnologias, da informática, da transformação de uma economia centralizada para uma economia liberal de mercado – essa pressão conduzia paulatinamente Moçambique para aquilo que SENNET designa de capitalismo flexível-porém este movimento só permitiu legitimar uma boa qualidade de educação para as escolas privadas. No entanto, este movimento de Moçambique contemporâneo levou os intelectuais e pedagogos a desistirem da luta pela democratização e abraçarem cada vez mais o discurso neoliberal de qualidade de educação. Ou seja, os intelectuais foram engolidos pela máquina desenvolvimentista das organizações internacionais e ONGs, o que levou ao esmorecimento de posições críticas em relação às posições políticas do estado em geral, e das políticas educativas em particular.

Como se pode constatar acima, dos vários problemas que enfermam a esfera educacional em Moçambique equacionam-se com a busca de apoio exógeno, o que vem a causar a interface entre a autonomia e dependência. O processo de dependência leva muitas vezes ao trabalho por projetos, estes, são propostos por doadores e por eles geridos, cabendo ao Ministério da Educação a sua implementação e produção de relatórios – estranhamente o doador parece conhecer melhor a realidade e as necessidades educativas locais do que o aborigene.

O trabalho por projeto e/ou a dependência produzem a educação e o trabalho contemporâneo, contextualizados como não tendo uma identidade fixa, essencial ou

---

<sup>3</sup> Moçambique teve o sistema centralizado de educação logo após a independência e consolidado com a lei 4/83 que configurava pela primeira vez um Sistema Nacional de Educação.

permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel - formada, transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, ou seja, é flexível.

É preciso afirmar que a dependência e a aderência ao trabalho por projetos e inovações veio desqualificar o campo educacional. Sendo que no período de fundamentação do movimento liberal em Moçambique um dos problemas em debate, trazidos pelo mundo empresarial, é o de ligação entre a educação e a economia. As exigências do mundo empresarial vieram desvalorizar, por exemplo, os graduados do ensino superior em Moçambique. Essa desvalorização está aliada ao facto da consciência de que os graduados que saem do sistema de educação não estão habilitados a exercer imediatamente a profissão ou o emprego para o qual foram formados. No entanto, para serem empregáveis precisam cobrir as lacunas da formação escolar – a formação após e extra escolar é orientada no mundo empresarial, sustentando o mercado.

Na mesma linhagem o mundo empresarial e numa visão economicista da educação sustenta que os estudantes precisam ser formados para serem empreendedores, visto o empreendedorismo como sendo a capacidade de cada indivíduo auto empregar-se e gerar, ele próprio, emprego para outros a partir do seu conhecimento. Esta visão veio esvaziar de alguma maneira a importância das ciências sociais e humanas no processo de formação, dado que passou a vigorar a formação por competências, o ensino modular, rumo ao trabalho e não para o desenvolvimento do espírito, descartou-se a formação do homem. E o mais notável até hoje em dia é que o ensino médio geral passou a ser centro de preparação para prestação de provas de ingresso ao ensino superior, sendo que o ensino médio técnico profissional forma para o trabalho – precisa-se de um trabalhador flexível.

## **Conclusão**

Pensando concomitantemente com Anísio Teixeira queremos concordar que só através de um pensamento e de uma escola democrática poderemos paulatinamente conquistar a qualidade de educação em Moçambique. Todavia, esta democracia deverá acompanhar as demandas da sociedade contemporânea, tendo em conta sobre tudo que esta se encontra em constante reprojeção e desfasamento.

Precisamos igualmente de uma escola moçambicana que prepare o homem para se inserir ao mundo em constantes mudanças e que ao mesmo tempo seja o autor das mesmas mudanças para a melhoria crescente da humanidade, respeitando e atendendo a flexibilidade da sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva a escola deve ser organizada com vista a atender a essa flexibilização, estabilizando os currículos, estes, devem ser concebidos e preparados para formar rumo ao imprevisível, no entanto devem formar o homem e não o trabalhador especializado.

E sustentando a tendência democrática que defendemos vale coadjuvarmos no pressuposto de PASCHOAL LEMME (2004), segundo o qual, o princípio fundamental de uma educação verdadeiramente democrática continua sendo o da igualdade de oportunidade para todos, isto é, o da possibilidade do acesso de todos, a todos os aspectos e níveis da educação, da instrução e da cultura. Isso significa que a educação, a instrução e a cultura devem estar ao alcance de todos, sem quaisquer restrições de ordem econômica, racial, religiosa, ou qualquer outra, e com as únicas limitações do desejo, da vocação e da capacidade de cada um. Tal concepção, entretanto, significaria o máximo de individualismo, podendo considerar-se mesmo como a expressão do individualismo absoluto, se não atentássemos para o outro polo da questão, que transforma completamente o problema.

Mas para que isso possa acontecer é necessário admitir que os professores, os alunos, pais e encarregados de educação tem uma luta por travar, criando uma revolução, exigindo que sejam deixados a fazer o que sabem fazer e não se submetendo inteiramente as constantes reprojeções que muitas das vezes não concordam com elas. Só com essa luta evitaremos provavelmente desfasamento das normas institucionais, irregularidades curriculares, uniformização dos currículos, bem como a ligação entre a docência, pesquisa e extensão, restruturação e metamorfoses das universidades, limando as aporias que assolam a educação em moçambicana e reconquistando a qualidade para todos e todas.

**Abstract:** Based on the socio economic conjuncture that Mozambique crossed or crosses from the period of independence (1975) until the present days (nowadays), neglect on the problematics of contemporary education, trying to bring differents opinions that can help to reflect a school raised by Anisio Teixeira. For the reflection hermeneutics combinations are made in order to construct a historical and philosophic thought about the contemporary mozambican school .

**Key-words:** Flexibility. Marxism. Contemporaneity. Liberalism.

## Referências

1. CASTIANO, José e NGUENHA, Severino. A longa duma educação para todos em Moçambique, editora publifix, Maputo, 2013.
2. LEMME, Paschoal. Educação supletiva/educação de Adultos. In: Lemme, Paschoal. Memórias de um educador, volume 5. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
3. SENET, Richard. A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro. Record, 2006.
4. TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 5<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1957.
5. TEIXEIRA, Anísio. Pequena introdução á filosofia da educação: a escola progressiva ou transformação da escola. 6<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: PP & A, 2000.

6. TEIXEIRA, Anísio. Valores Proclamados e valores reias nas instituições escolares brasileiras. Revistas Brasileiras de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, V. 37, nº 86. Abr. / jun. 1962. Disponível em [www.Prossiga.br/anisioeteixeira](http://Prossiga.br/anisioeteixeira).

Texto científico recebido em: 10/09/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review - Análise do Texto Anônimo*)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 31/10/2014

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

[www.facebook.com/revistavozesdosvales](http://www.facebook.com/revistavozesdosvales)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países, em diversas áreas do conhecimento.